

A MÍDIA DO SETOR PÚBLICO E A CRISE DE CREDIBILIDADE NO SENEGAL:

o caso da televisão nacional sob o regime socialista (1960 – 2000)

Copyright © 2019
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MOR FAYE

Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil

ORCID: 0000-0003-2419-9117

DOI: 10.25200/BJR.v15n1.2019.1129

RESUMO – Com base nos princípios que fundam a liberdade de expressão e a mídia pública, este artigo pretende dar uma contribuição crítica ao que tem sido geralmente denominado de “modelo político senegalês”, considerado como um dos raros modelos de democracia na África francófona durante as três primeiras décadas após a independência (1960 – 1990). No que se refere à mídia, esta pesquisa visa a mostrar que a televisão nacional não teve, na verdade, um funcionamento mais democrático do que de outros países dessa parte do continente africano e que viviam, na época, sob um regime de ditadura civil e militar suportado por um partido único. Da mesma forma como a televisão nacional zaireense sob o presidente Mobutu, a emissora senegalesa também foi uma indiscutível ferramenta de propaganda, um “espelho do Estado” e um prisma que deformava a sociedade. Como resultado, a crise pós-colonial que atingiu o Senegal na virada dos anos 1980 – 1990 acabou por afetar a “sua” televisão.

Palavras-chave: Senegal. Régimen socialista. Estado. Medios públicos y sociedad. Libertad de prensa.

PUBLIC SECTOR MEDIA AND THE CREDIBILITY CRISIS IN SENEGAL: national television in a socialist government (1960-2000)

ABSTRACT – Based on the principles that underlie press freedom and the public service of the media, this article is a critical contribution to what was commonly called the “Senegalese political model”, considered as one of the few models of democracy in Francophone Africa during the first three decades of independence (1960 – 1990). As far as the media are concerned, this research shows that during that period, national television was not actually run more democratically than those of other countries of this part of the continent, then under civil or military dictatorship backed by a single party. Just like Zaire national television under President Mobutu, the Senegalese one was also a formidable tool of propaganda, a “mirror of State” and a distorting prism of the society. As a result, the crisis that stroke the Senegalese postcolonial State at the turn of the 1980s did not spare “its” television.

Key words: Senegal. Socialist regime. State. Public media and society. Press freedom

LOS MEDIOS DEL SECTOR PÚBLICO Y LA CRISIS DE CREDIBILIDAD EN SENEGAL: el caso de la televisión nacional bajo el régimen socialista (1960-2000)

RESUMEN – En el presente artículo, presentamos parte de los resultados de investigación sobre el tratamiento dado, por la producción periodística, a la violencia contra las mujeres. Ella dirige interrogantes a los discursos que circulan sobre el asunto a cada eclosión de brutalidad. Se pretende aprehender el papel del periodismo en una cultura donde es posible salir en defensa del respeto a las mujeres y al mismo tiempo criminalizar a la víctima por los abusos sufridos. Tal perspectiva de investigación demanda los referenciales teóricos y metodológicos escogidos, a saber, los de los discursos por la óptica de Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau y Eni Orlandi. Como conclusión central, se constató que la producción periodística es poco cuidadosa en cuanto a la depuración de los hechos relatados en materias sobre casos de abusos de mujeres, de forma a respaldar viejos preconceptos.

Palabras clave: Periodismo. Discursos. Violencia. Violación. Mujeres.

1 Introdução

No Senegal, o regime socialista tomou as rédeas do poder com a independência do país em 1960. O governo reivindicava ideologicamente para si os valores culturais ditos africanos, o comunitarismo e o humanismo, para fundar um socialismo “autêntico” como projeto político de desenvolvimento. Buscava, dessa forma, se distinguir do socialismo científico marxista-leninista, do trotskismo e do maóismo, se inserindo no movimento do socialismo africano “humanizado” criado e implementado em outros países do continente como a Tanzânia do então presidente Julius Nyerere (Charles, 1965; Bénot, 1969). Sob o regime socialista, o Senegal conheceu dois presidentes: Léopold Sédar Senghor (1960 – 1980) e Abdou Diouf (1981 – 2000). Por duas décadas (1970 – 1990), o país foi apresentado como modelo de democracia e estabilidade social na África, tendo passado de regime de partido único para um “multipartidarismo limitado” a partir de 1974 e, em seguida, para o “multipartidarismo integral” a partir de 1981, ao mesmo tempo em que liberalizou o setor da imprensa (Diop & Diouf, 1990; Diop, 1992). Essa situação contrastava com o contexto político africano do período, marcado pela presença de regimes de

partido único bastante autoritários, instaurados frequentemente após golpes de Estado, mas também por um monopólio estatal da imprensa, do rádio e da televisão (Conac, 1993).

O sistema midiático senegalês evoluiu entre 1960 e 2000, favorecendo reformas democráticas empreendidas por autoridades do país sob a pressão das populações, dos partidos de oposição e da sociedade civil, contudo, continuou marcado por um monopólio “tenaz” do Estado no setor de televisão (Fall, 2008, p. 43; Barry, 2013). Por isso, apesar da liberalização da imprensa, realizada nos anos 1970, e da rádio, feita em meados dos anos 1990, o Senegal teve, durante todo esse período, apenas uma televisão de caráter estatal. De fato, nas mais altas esferas do Estado, considerava-se que, em nome da estabilidade política e social, o setor de televisão, em virtude do seu caráter considerado altamente sensível e do suposto poder da imagem, não podia ser aberto a operadores independentes, sob o risco de provocar “problemas de ordem pública” ou a “demolição do país”. O nível de cultura democrática das populações era considerado insuficiente para permitir a criação de televisões privadas.

A Lei 73-51, de 4 de dezembro de 1973, que criava o Office de Radiodiffusion Télévision du Sénégal (ORTS – Escritório de Radiodifusão e Televisão do Senegal, em tradução livre), apresentava a televisão nacional como serviço de todos, e o lançamento de emissoras privadas foi julgado inútil e prematuro. O ORTS (transformado em RTS em 1992) exercia um monopólio exclusivo sobre a rádio e a teledifusão, que desempenhariam papel de serviço público de comunicação. Segundo essa lei, o ORTS devia se limitar ao respeito estrito dos interesses gerais da sociedade senegalesa, levando em consideração seus diferentes componentes políticos, sociais, culturais, ideológicos, confessionais e étnicos.

Contudo, entre 1972, ano do lançamento oficial da televisão nacional senegalesa, a 2000, ano que marca o fim do regime socialista e a primeira alternância de poder, o nível de popularidade e de credibilidade dessa emissora pública continuou declinando. Os telespectadores senegaleses, insatisfeitos com seu funcionamento, perderam a confiança na TV, o que levou a uma crise do audiovisual público senegalês (Sy, 2003). Essa crise foi regularmente relatada pela então nascente imprensa do Senegal. Ainda em 1989, o jornal *Sud Hebdo* (Cf. Gaye, 1989) mostrou que os carros de reportagem da ORTS não ousavam mais exibir sua logomarca nas principais ruas de Dacar, com medo de serem identificados e sofrerem represálias. Ao fazer referência à impopularidade da televisão nacional, o jornal *Le*

Cafard Libéré (1988, p. 4) chegou a rebatizar a ORTS de “Office de Ragots-diffusion Télé-bidon du Sénégal” (Escritório de Fofoca-difusão e Tele-farsa do Senegal, em tradução livre).

O objetivo do presente artigo é, portanto, apresentar um estudo retrospectivo da televisão nacional senegalesa, sob o regime socialista, buscando elucidar seu funcionamento por meio das seguintes questões: os telespectadores senegaleses tinham “boas razões”¹ para estarem insatisfeitos com a televisão nacional e não terem perdido a confiança nela? Caso essa atitude de rejeição fosse, de fato, fundamentada, quais seriam os fatores explicativos? Buscasse, assim, questionar as dinâmicas políticas e ideológicas inerentes ao monopólio estatal sob o setor da televisão nacional durante o regime socialista, tanto do ponto de vista de suas *funções manifestas*, como de suas *funções latentes*, no sentido mertoniano do termo².

Em suma, este estudo ambiciona questionar o funcionamento da televisão nacional, uma mídia supostamente pública, em um período de três décadas (1972 – 2000). Ele terá como pano de fundo a história política e social do Senegal, destacando as dinâmicas associadas à TV pública no contexto africano, particularmente no senegalês.

Após apresentação do referencial teórico e metodológico do estudo (parte 2), o artigo propõe descrever o funcionamento da televisão senegalesa sob o regime socialista, revisitando o contexto histórico de implementação dessa mídia no Senegal (3), bem como suas relações com o Estado e a sociedade por meio de registros discursivos e imaginários para, finalmente, tentar identificar a compreender a origem da crise de credibilidade que afetou essa televisão (4).

2 Referencial teórico e metodológico

As teorias sobre o papel democrático da imprensa partem do princípio de que esta é um elemento indispensável para o funcionamento de sociedades democráticas ou que aspiram democracia. Essas teorias se inserem em uma tradição intelectual que remonta ao Iluminismo do século XVII. Assim, Alexis de Tocqueville vai entender a imprensa estadunidense como verdadeiro contrapoder (Tocqueville, 1992/1840). Na contemporaneidade, essa abordagem foi defendida por vários autores, como Jürgen Habermas (Le Bohec, 1997). Michael Schudson é um grande representante dessa corrente. Para ele, o papel democrático da mídia consiste em

Fornecer aos cidadãos uma informação justa e completa que lhes permita tomar decisões sábias enquanto cidadãos; fornecer aos cidadãos enquadramentos coerentes para ajudá-los a compreender a complexidade do universo político, fornecer a qualidade e a quantidade de informação que o público espera de acordo com as leis do mercado; representar o público e falar por ele e em nome do interesse público para controlar o governo; suscitar empatia e fornecer uma compreensão aprofundada da situação dos homens no mundo; oferecer um fórum de diálogo entre os cidadãos, indo além de informá-los sobre o processo de decisão em curso, de forma a fazê-los participar plenamente desse processo. (citado por Le Bohec, 1997, p. 121).

Como se percebe, Michael Schudson faz referência a três concepções clássicas da imprensa: a imprensa como livre expressão, a imprensa como fórum-ágora e a imprensa como contrapoder (4º Poder). A imprensa como livre expressão tem como princípio essencial a liberdade de expressão e o direito à informação e se interessa pelo conjunto de disposições legislativas e regulamentares em vigor em um Estado, permitindo que o jornalista trabalhe de forma independente. A imprensa como fórum-ágora mostra-se como dispositivo-chave de um espaço público democrático, no sentido habermasiano do texto que, a princípio, implicaria em acesso livre e equitável a esse espaço, em uma simetria de pontos de vista, na primazia dos argumentos racionais sob os argumentos de força, entre uma troca de ideias entre cidadãos e Estado e cidadãos. A imprensa como contrapoder remete à necessidade de limitar os demais poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) pela mídia e impedi-los de cometer faltas prejudiciais à democracia e ao interesse geral.

Todavia, para estar fundado nos fatos, esse papel democrático precisa necessariamente vir pareado a um conjunto de critérios que garantiriam o que Daniel Cornu (1994, pp. 349-415) chama de *a* credibilidade da informação. Esta, na verdade, é uma exigência que deriva do próprio significado etimológico do ato de informar. Informar significa buscar e formatar fatos comprovados e desconhecidos do público. De acordo com o autor, a exigência pela verdade, enquanto dever moral e profissional, se impõe ao jornalista, observador, que deve prestar conta dos fatos, mas também atuar como seu intérprete e narrador. São nesses três níveis que se inserem as exigências metodológicas da objetividade e da imparcialidade, constitutivas, dentre outras, de uma informação credível.

Não é objetiva, segundo Daniel Cornu, toda informação que se ocuparia da verdade racional (quem tem razão, quem não tem?) no lugar da verdade de fato, distinção que ele toma emprestado

de Hannah Arendt, sem que o julgamento sobre a realidade não se sustente previamente em fatos estabelecidos por uma investigação jornalística rigorosa. Toda informação implica em uma “conduta de objetividade” que visa, do ponto de vista do autor, a exaustividade nos procedimentos de seleção. Isso pressupõe, portanto, que o jornalista recuse dar preferência a certos fatos no lugar de outros, seguindo uma lógica de indução ao erro.

Para Daniel Cornu, a imparcialidade, como método de investigação da verdade, não é simples neutralidade, que consistiria em expor dois pontos de vista opostos, sem jamais se decidir, contentando-se em dar “os dois lados”. Na visão do autor, a imparcialidade é diferente de não tomar partido: requer o julgamento sem um *a priori*. Assim, nem a imparcialidade é assegurada ao jornalista que comenta, explica ou julga os eventos, e nem a objetividade aplica-se ao jornalista que observa a realidade. Trata-se, sobretudo, como prossegue Cornu, de adotar uma “conduta de imparcialidade”: convém que o jornalista que julga dê a conhecer claramente o seu ponto de vista para que qualquer pessoa saiba onde ele se situa.

Do ponto de vista das teorias sobre o papel democrático da imprensa e dos critérios de credibilidade da informação sob as quais esse papel social deve ser estudado e avaliado, é possível fazer as seguintes questões iniciais: sob o regime socialista, a televisão nacional senegalesa tinha um posicionamento realmente democrático? Ela obedecia os critérios de credibilidade da informação pelos jornalistas, vista como um ideal de quase sacerdócio? Existiam lógicas que as aproximavam ou as afastavam desse ideal? E de que ordem eram essas lógicas?

Para responder a essas questões, optamos por um método qualitativo no qual realizamos uma série de entrevistas com telespectadores senegaleses e com jornalistas da televisão nacional e de outros setores midiáticos. As informações obtidas foram complementadas por trabalhos acadêmicos sobre a imprensa de modo geral e, particularmente, sobre a imprensa senegalesa.

É com base nessa abordagem teórica e metodológica que obtemos os resultados que se seguem.

3 Gênese da televisão nacional senegalesa

No Senegal, a implantação da televisão ocorreu no âmbito de um Estado recém-independente e foi marcada por dois fatos principais: o lançamento de uma televisão educativa em 1963 e, mais tarde, sua substituição, em 1972, por uma televisão nacional de caráter generalista. A gênese marcou profundamente as dinâmicas associadas à televisão senegalesa.

3.1 A televisão educativa pioneira

Na sequência da independência nos anos 1960, a implantação de uma televisão nacional representou um passo extremamente importante para os Estados da África subsaariana francófona. A televisão foi, de certa forma, percebida não apenas como símbolo do poder e atributo da soberania, mas também como vitrine ideológica dos partidos no poder (Dioh, 2009). É por isso que os Estados se apressaram em criar televisões públicas nacionais, cada um tentando ser o primeiro a fazê-lo. Em 1963, o Congo Brazzaville deu início ao processo. O Senegal também alimentou um projeto similar naquele mesmo período, mas, por razões políticas e econômicas, isso não aconteceu (Dioh, 2009, pp. 187-188). Do ponto de vista político, o projeto sofreu por conta de um conflito “fratricida” que ocorreu, em dezembro de 1962, entre o então presidente Senghor e o presidente do Conselho Mamadou Dia, o primeiro acusando o segundo de golpe de Estado por conta de divergências profundas em relação à orientação ideológica e econômica que seria dada ao novo Estado senegalês. Além disso, no plano econômico, o Estado hesitava quanto à necessidade de lançar uma televisão pública nacional, o que ia de encontro com as medidas de austeridade econômica que se faziam necessárias por conta da situação do país (Unesco, 1974, p. 8). Esse tipo de iniciativa era visto como prematuro devido aos numerosos desafios econômicos e sociais a serem enfrentados por um Estado novamente independente. A prioridade para a África subsaariana francófona naquele momento era desenvolver primeiro sua rede radiofônica, em vez de se lançar em uma aventura televisiva, de natureza duvidosa e também bastante cara (Dioh, 2009, p. 28).

Por essas diferentes razões, o Senegal optou, por fim, pelo lançamento de uma TV educativa, em 1962, no lugar de uma televisão pública nacional. A televisão educativa, constituída com o apoio da

Unesco, visava à educação de adultos, incluindo analfabetos. No início dos anos 1960, de fato, a ideia de utilizar a televisão para favorecer a educação em um país em via de desenvolvimento estava em voga. Projetos de televisão educativa foram desenvolvidos em vários países da África (Quênia, Nigéria, Níger, Sudão) buscando, frequentemente, funcionar como paliativo para a falta de professores nesses países que se tornavam novamente independentes (Maurel, 2011). Essa política se inseria no contexto do paradigma da comunicação para o desenvolvimento, também chamada de comunicação para a mudança de comportamentos, bastante em voga nos anos 1960, sob influência das teorias para a modernização do Sul. De acordo com essas teorias, era possível atingir o desenvolvimento sob a condição de difundir, de forma quase mecânica, ideias, conhecimentos e novos valores, e de transferir as “boas práticas” dos países do Norte para os do Sul, utilizando-se, para isso, da mídia de massa (Misse & Kiyindou, 2009). Ao decidir apoiar esse tipo de projeto na África, a Unesco também se inspirava no papel desempenhado pelas rádios e televisões educativas rurais implementadas logo após a Segunda Guerra Mundial no Canadá, na França e na Índia. Esse papel foi considerado positivo por várias missões de avaliação devido aos resultados obtidos em termos de desenvolvimento econômico e social nas zonas de implementação dessas mídias (Unesco, 1974, pp. 7-8).

Na medida em que esse projeto de televisão educativa orientava a todo o continente africano, a Unesco, durante sua conferência geral de 1962, exprimiu junto à delegação do Senegal o seu desejo de ver o seu país escolhido para o projeto piloto. Assim que o acordo foi assinado em 7 de dezembro de 1963, passou-se à implementação do projeto: o recrutamento e a formação do pessoal, a construção das instalações técnicas – graças à cooperação francesa e canadense que enviaram especialistas e equipamentos – e a escolha da radiodifusão nacional para abrigar a televisão educativa. Esta só pôde dar início à sua programação a partir de 1965. Contudo, por conta de um raio de transmissão bastante limitado (30 quilômetros), da existência de uma única emissora e das limitações de ordem técnica, a televisão só cobria a capital do país, Dacar, e a sua periferia. Pouco numerosos na época, os telespectadores seguiam as emissões em dez teleclubes organizados por conta das circunstâncias. Eles tinham direito a programas semanais de curta duração. Mesmo que, no início, a programação se limitasse a temas como higiene e nutrição, ela foi, entre 1965 e 1966, ampliada para outros assuntos como civismo, economia doméstica, religião,

telejogos e os programas produzidos pelos próprios teleclubes (Unesco, 1974, p. 18). A televisão educativa alcançou certo sucesso, como mostra essa entrevista realizada com o presidente de um teleclubes localizado na periferia de Dacar:

A televisão produziu grandes mudanças aqui, em Pikine. Ela nos ajudou a criar nossas crianças e a nos alimentar. Hoje em dia, damos a elas mingau de painço e continuamos a amamentá-las, de forma que não sofram no momento do desmame. Uma das principais mudanças aconteceu na escola. As crianças não acompanhavam as aulas. Mas assim que os pais passaram a ver televisão, eles começaram a compreender a importância da educação [...]. Aqui, todo mundo quer saber quando serão retomadas as transmissões de televisão, e não apenas as mulheres, mas também os homens, que acompanhavam com bastante atenção os programas e apreciavam as mudanças que eles provocavam em suas esposas [...] E há tanta coisa para aprender, e a televisão foi a melhor educação que tivemos. (Unesco, 1974, p. 4).

Essa mídia, contudo, foi apenas um breve parêntese na história do audiovisual senegalês.

3.2 O lançamento de uma televisão nacional

Em 1972, a televisão educativa transmitiu, com grande sucesso, os Jogos Olímpicos de Munique. O Estado senegalês decidiu transformar, de forma improvisada, o canal em uma televisão dedicada à informação política e notícias de modo geral, “acelerando as obras de instalação de infraestruturas: a aquisição de equipamentos apropriados e a instalação de uma estação terrestre em Gandoul, próximo a Thiès” (Dia, 1987, p. 411). Para regulamentar o lançamento desta nova televisão nacional, adotou-se a Lei n. 73-51, de 4 de dezembro de 1973, que transformava a radiodifusão nacional criando o Office de Radiodiffusion Télévision du Sénégal (ORTS), estabelecimento público de caráter administrativo e que agrupava a rádio e a televisão em uma mesma entidade. O primeiro artigo da Lei n. 73-51 estipulava que:

O Office de Radiodiffusion Télévision du Sénégal tem por objetivo, por meios próprios, de responder às necessidades e aspirações da população no que se refere à informação, à cultura, à educação, ao entretenimento e à ilustração dos valores da civilização. Ele deve, nesse sentido, se pautar-se por uma exclusiva preocupação em relação aos interesses gerais da coletividade [...].

4 O funcionamento da televisão nacional senegalesa sob o regime socialista

Oficialmente, a televisão nacional deveria desempenhar um papel de serviço público. Entretanto, esta vocação tornou-se impossível de ser realizada em razão da ideologia política em vigor. Sob o pretexto de uma unidade nacional que deveria ser construída e também dos imperativos ligados ao desenvolvimento econômico e social a serem alcançados de forma a lançar as bases de uma nova nação independente, a televisão foi colocada sob tutela exclusiva do Estado.

4.1 Um veículo sob o controle exclusivo do partido estatal

O argumento utilizado pela maior parte dos regimes africanos do período pós-independência para justificar a criação de partidos únicos e justificar sua manutenção no poder foi a desqualificação do pluralismo político associado ao “tribalismo” e considerado como fator permanente de “atentado à ordem pública” (Mahiou, 1969). Isso em um contexto em que o direito ao voto já havia sido introduzido na colônia francesa do Senegal, bem como no restante da África francófona onde os cidadãos já estavam familiarizados com as ideias e práticas democráticas (Suret-Canal, 1992, pp. 46 – 66). Contudo, após a independência, o então presidente Senghor acusou a oposição de constituir uma entidade estritamente subversiva e imatura face às exigências de um multipartidarismo “responsável” e “construtivo”. Na verdade, Senghor enfrentava uma oposição de esquerda marxista ultrarradical e uma oposição nacionalista que acreditava que a descolonização só aconteceria de fato com a saída de Senghor do poder, já que ele era visto como “aprendiz” do neocolonialismo francês enxertado na sociedade senegalesa. Ao classificar essa acusação de estéril, Senghor “liquida” os partidos de oposição para conduzir uma unificação do campo político senegalês em torno da sua pessoa e do seu partido, a Union Progressiste Sénégalaise (UPS, União Progressista Senegalesa, em tradução livre).

Para maximizar o papel da mídia nacional, o Estado senegalês faz uso expressivo dos meios jurídicos, financeiros, logísticos e humanos para eliminar a imprensa independente, afiliada aos partidos políticos recém-dissolvidos e estabelecer a hegemonia da mídia estatal. Assim, em seu primeiro plano quinquenal de desenvolvimento, iniciado em 1961, é dito que:

De um orçamento total de 92,67 bilhões de francos, o estado atribuirá ao Ministério da Informação 450 milhões de francos. A radiodifusão recebe a maior parte dos recursos, ficando com 335 milhões para a aquisição de um potente transmissor de 200 quilowatts ao custo de 150 milhões, equipamento de reportagem e de transmissão por 100 milhões, reforma das instalações por 40 milhões. A instalação de antenas de longo alcance para a transmissão em ondas curtas está prevista a um custo de 35 milhões, bem como uma emissora regional em Saint-Louis por 10 milhões. Uma subvenção de 15 milhões de francos será alocada para a criação de um Office du cinema [Escritório de Cinema, em tradução livre], permitindo a compra de material de imprensa e fotografia e a instalação de um teletipo conectado à Reuters e avaliado em 10 milhões. A instalação e a equipagem de 28 centros regionais de informação, fundamental na estruturação da educação em larga escala das massas, deverá custar 75 milhões, incluindo caminhões de projeção de cinema. Em quatro anos, a repatriação deste orçamento deve seguir uma curva crescente anual: 1961: 52 milhões, 1963, 128 milhões, 1963, 132 milhões; 1964, 138 milhões. (Paye, 1992, p. 332).

Essa vontade de construir uma política de informação baseada no monopólio das mídias estatais levou os poderes públicos senegaleses a adquirirem o jornal *Paris-Dakar* rebatizado como *Dakar-Matin* e transformado, em 1970, em um jornal diário governamental sob nome de *Le Soleil*. E também de reforçar a *Agence de Presse Sénégalaise*, criada em 1959. Uma vez implantada, em 1972, a televisão acabou por se integrar a este dispositivo ideológico-midiático oficial para consolidar o papel do Estado no setor das mídias, supostamente lhe permitindo controlar a opinião pública nacional.

A Lei n. 73-51, de 4 de dezembro de 1973, transformava o audiovisual público em um mero serviço administrativo, transformando os jornalistas em simples agentes administrativos submetidos às normas que regiam os funcionários do Estado. Os jornalistas das mídias estatais estavam, assim, submetidos ao dever de reserva que, como se sabe, é incompatível com a liberdade de expressão e que fundamenta a liberdade de imprensa. Os jornalistas não tinham outra escolha a não ser se submeterem ou se demitirem – em um contexto midiático nacional marcado pela ausência de empresas de mídia privadas suscetíveis a contratá-los em caso de demissão. A Lei n. 73-51 proibia, em seu artigo 3º, a criação de qualquer veículo audiovisual independente sob pena de um mês a um ano de prisão. O conselho de administração da ORTS e o comitê de direção eram compostos por membros majoritariamente vindos dos diferentes ministérios e da Assembleia Nacional, os jornalistas eram minoritários. O diretor geral da ORTS era nomeado pelo presidente da República a partir de uma proposição do Ministério da Informação, o que o colocava em uma relação de dominação.

4.2 As formas de fidelidade ao regime

As diferentes formas de fidelidade da televisão ao regime socialista fizeram com que esta mídia estatal e o regime levassem, simultaneamente, à ruptura das relações entre as populações e o veículo qualificado de forma abusiva pelo governo como “público”.

4.2.1 A asfixia da pluralidade de expressão

A primeira forma de demonstração de fidelidade da televisão nacional senegalesa ao regime socialista foi a ausência de pluralismo, ilustrada pela exclusão sistemática e deliberada dos partidos de oposição e das vozes anticonformistas. Sob o pretexto de evitar que órgãos públicos de imprensa fossem transformados em lugares permanentes de campanha eleitoral, houve um processo de marginalização dos opositores no que diz respeito ao acesso à televisão, à rádio e ao jornal diário *Le Soleil* por meio da limitação do tempo de fala pelas autoridades e pela ocultação de suas opiniões e ações, de forma a produzir uma informação homogênea e consensual (Diop 1995, pp. 355 – 357). A consequência direta desse ostracismo foi a ausência de polêmicas, de debates contraditórios sobre as grandes decisões que afetavam a nação. Do ponto de vista dos governados, sua exclusão da mídia pública se materializou, sobretudo, pela ausência de visibilidade de suas preocupações, transformando essas mídias em espaços dominados por um jornalismo institucional, de prestação de contas. Esse tipo de sistema, de direção única, dos governantes aos governados, excluía a maior parte da população da comunicação política. Afinal, no lugar de utilizar as mídias como ferramentas de troca de ideias e como meio de estabelecer contato com os cidadãos, os governantes socialistas faziam dela um instrumento de propaganda para transformar os leitores, audiência e telespectadores em receptáculos passivos de suas mensagens

Durante esse período, os líderes políticos conhecidos por sua oposição ao regime socialista como, por exemplo, o historiador e pan-africanista Cheikh Anta Diop e o economista e jurista Abdoulaye Wade, não podiam ser manchete no telejornal e, muito menos, convidados a participar. Artistas anticonformistas, como o cineasta Ousmane Sembène, eram ocultados pela televisão nacional senegalesa pelas mesmas razões.

Devido à sua constante propaganda em favor do regime socialista, a televisão nacional acabou cristalizando todas as frustrações dos partidos de oposição, da sociedade civil independente, de certas comunidades confessionais e de uma parcela significativa do grande público senegalês.

4.2.2 A excessiva encenação do poder

A segunda demonstração de fidelidade ao regime por parte da televisão foi a encenação excessiva do poder, que aparecia pelos menores fatos e gestos. Assim, projetado para ser um reflexo da sociedade senegalesa e um barômetro dela, capaz de permitir que ela se situasse em relação ao restante do mundo, o telejornal das 20 horas acabava se limitando ao chefe de Estado, suas realizações, suas caravanas políticas no interior do país, suas viagens internacionais. Em seguida, vinham, de forma subsidiária, as atividades do primeiro-ministro, dos outros membros do governo, dos grupos religiosos aliados ao poder e que se sentiam obrigados, para continuarem a se beneficiar das boas graças do governo, a citarem novamente o chefe de Estado em todos os seus discursos ou declarações (Sarr & Thiaw, 2002). Como destacava o jornalista Jacques Habib Sycette, essa parcialidade contribuía na construção de uma imagem deformada da sociedade senegalesa:

Existe na televisão nacional, alimentada pelo nosso dinheiro e pelo trabalho ingrato de todos os senegaleses, muita propaganda política, muito da família biológica e política do chefe de Estado, muito apoio a uma confraria religiosa em detrimento a outros grupos confessionais, muito discurso e poucos resultados visíveis, palpáveis, muito proselitismo religioso em um Estado que deve ser imparcial, dar trabalho a todos e de forma igualitária, e, sobretudo, evitar romper os equilíbrios que governam a nação e o país (o acesso para todos a uma cobertura equilibrada de notícias e de informações; remuneração justa do trabalho no campo; equidistância em relação a todas as confissões religiosas). (Sy, 2003, p. 27).

4.2.3 O excesso de zelo dos diretores gerais

A terceira demonstração de fidelidade da televisão em relação ao regime residia no excesso de zelo dos diretores gerais que se sucederam no comando do audiovisual público senegalês. Como suas nomeações podiam ser revogadas em qualquer momento e/ou em

razão de sua grande proximidade política com o Partido Socialista, eles acabavam adotando o papel de guardiões da linha pró-governamental no audiovisual público. Laudatórios zelosos do poder, esses diretores gerais não hesitavam em aparecer diante das câmeras da televisão nacional e comentarem as notícias maquiando o sucesso e os fracassos do governo e, quando necessário, crucificando os opositores políticos. É dessa forma que o ensaísta Mody Niang vai descrever, mais tarde, Babacar Diagne, diretor geral do audiovisual público sob a presidência de d'Abdou Diouf: “Ele era profundamente antioposição e velava pessoalmente para que um tempo congruente fosse dedicado à cobertura da oposição. Contudo, ele falava de forma indecente e invasiva das qualidades do partido no poder” (Diakhité, 2013, p. 56).

Representando os olhos e os ouvidos do Estado nas redações do sistema público de rádio e TV, esses diretores gerais desempenhavam o papel de *gatekeeper*, não no sentido jornalístico do termo, mas no sentido político. De fato, censuravam todos os assuntos e pedidos de cobertura não favoráveis ao governo e que fossem formulados pelos partidos de oposição e pelas forças sociais não alinhadas ao regime. Kadialy Diakhité, que fez toda sua carreira como jornalista no setor audiovisual público do Senegal, testemunhava que:

Os pedidos de reportagem e de cobertura de eventos chegavam pelo correio ou por fax diretamente no escritório do diretor geral. Por telefone, apenas os pedidos urgentes, de caráter imperativo. Diferente da situação ideal, esses pedidos não eram encaminhados aos serviços competentes para serem analisados. Em alguns casos, eles corriam o risco de serem ignorados. A Direção Geral, que visivelmente não queria ser pega de surpresa, buscava, dessa forma, exercer um controle *a priori* mais eficaz, levando em conta, é claro, o que havia sido solicitado. (Diakhité, 2013, p. 5).

Por conta dessa feudalização, era previsível que, na virada dos anos 1980, a TV senegalesa fosse confrontada por uma crise, resultado da rejeição popular.

4.3 A negação da crise do Estado pós-colonial

No início da década de 1980, o Estado pós-colonial senegalês conheceu uma grave crise econômica e financeira, em razão de uma má gestão e foi obrigado a aceitar um programa de ajustes estruturais imposto pelo FMI e pelo Banco Mundial. Como mostram os trabalhos de Momar-Coumba Diop e de Mamadou Diouf (1990, pp. 326-327), a

crise se manifestou primeiro por uma forte deterioração do poder de compra das populações, seguida de um aumento do preço dos bens de consumo. Ela se traduziu, em seguida, por um aumento expressivo do desemprego e do subemprego, como consequência das sucessivas deflações dos setores público e parapúblico. Essa crise multisetorial mergulhou o Senegal em uma profunda morosidade, como descreve este comentário do semanário *Sud Hebdo*:

É a desordem e o medo do amanhã em todo lugar. Sinais dos tempos, mas também um fenômeno social inevitável. Resultado da política econômica adotada, essa forte tendência que afeta as conquistas sociais sem necessariamente abrir novas vias de melhoria, intriga até os mais fleumáticos, quando não nos impõe o dever de investigar e de questionar. (Sud Hebdo, 1988, pp. 4-5).

A crise, de consequências sociais desastrosas, acabou por desacreditar a televisão senegalesa, em razão da enorme diferença entre a situação real do país e as reportagens elogiosas sobre as supostas performances econômicas e pessoais do regime. Enquanto os telespectadores desejavam conhecer as razões da crise, a televisão se contentava em reproduzir o discurso oficial, que invocava, para se distanciar da crise, a “deterioração dos termos de troca Norte-Sul”, a “seca”, ou ainda o “perigo acrídeo”. Em uma reportagem de TV sobre a falência das empresas públicas e parapúblicas e a desagregação dos estabelecimentos bancários não aparece nenhum questionamento sobre papel da gestão estatal. Em vez de explicar aos senegaleses as verdadeiras razões da crise, a televisão continuava a apresentar longos comunicados do conselho ministerial, a agenda de audiências do presidente da República recebendo os embaixadores recém-acreditados ou em fim de missão, as visitas dos chefes de estado estrangeiros ao Senegal. Durante as eleições presidenciais e legislativas de 1988, a cobertura tendenciosa da campanha eleitoral reforçou ainda mais o descrédito da televisão nacional. Para impedir que os opositores mostrassem aos eleitores a origem da crise econômica e social ou que se exprimissem sobre os riscos de fraude eleitoral, a televisão nacional decidiu atribuir 15 minutos por dia à propaganda do Partido Socialista, enquanto os partidos de oposição dispunham apenas de três minutos cada um (Diop & Diouf, 1990, p. 313).

A falta de credibilidade que atingia a televisão foi amplificada pelo aparecimento dos primeiros jornais privados (*Sud Hebdo*, *Walfadjri*, *Le Témoin*, *Le Cafard Libéré*). Dirigidos, em parte, por jornalistas dissidentes do setor público, esses jornais defendiam um

jornalismo independente, baseado na informação e na investigação. Isso permitia, por um lado, que eles se distinguissem da mídia oficial e, por outro, da imprensa de opinião afiliada aos partidos políticos, que haviam emergido em meados da década de 1970. Desde 1987, por exemplo, o *Le Cafard Libéré* questionava diretamente a responsabilidade do regime na degradação do tecido econômico e bancário local, mostrando a existência de um laço de causa e efeito entre a crise econômica e financeira nacional e a gestão clientelista do Estado. Apesar desse novo discurso emitido pelo *Le Cafard Libéré* e por outros jornais privados, o presidente Abdou Diouf foi reeleito, embora tenha saído desacreditado do processo eleitoral. Nesse contexto, os jornais independentes revelaram seus erros de gestão, bem como suas fraudes eleitorais.

Isso evidentemente afetou a imagem da televisão nacional, considerada como um ator do “*hold-up* eleitoral” de 1988. Durante a cobertura organizada pela TV para comentar os primeiros resultados, a oposição não foi convidada, apenas membros do partido do então chefe de Estado Abdou Diouf, intelectuais “neutros” e jornalistas estrangeiros.

4.4 As reformas do setor audiovisual nos anos 1990

Desde o início dos anos 1990, uma série de leis foram adotadas para reformar e democratizar o setor radiotelevisivo senegalês, em resposta à crise de legitimidade do regime: a Lei nº 92-03, de 16 de dezembro de 1991, sobre a criação de uma sociedade nacional chamada “*Radiodiffusion Télévision Sénégalaise*” (RTS, Radiodifusão e Televisão Senegalesa, em tradução livre); e a Lei nº 92-57, de 3 de setembro de 1992, referente ao pluralismo no setor radiotelevisivo. Essas novas leis modificaram as missões conferidas ao setor audiovisual público. Assim, o artigo 2 da lei de 1991 estipulava que:

A Sociedade nacional contribui para satisfazer as necessidades e aspirações da população no que se refere à informação, à cultura, à educação e ao entretenimento. Ela dispõe, no conjunto do território nacional, do monopólio da difusão e da distribuição, direcionado ao público, de programas de rádio e televisão. A associação de emissoras afiliadas ao exercício do monopólio será, caso necessário, objeto de convenções que tratem das obrigações recíprocas das afiliadas e da Sociedade nacional. Essas convenções serão aprovadas por decreto. A Sociedade nacional deve se orientar exclusivamente pelos interesses gerais da coletividade. Ela será conhecida no Senegal pelas emissões produzidas ou coproduzidas, bem como pelos intercâmbios internacionais de produção audiovisual. Ela contribui para reforçar a unidade nacional [...].

Essa lei trazia, portanto, duas mudanças decisivas. A primeira era a passagem de um estatuto de estabelecimento público de caráter administrativo (inteiramente financiada com recursos estatais) ao de estabelecimento comercial que deve buscar as suas próprias modalidades de financiamento. A segunda mudança era a possibilidade aberta aos operadores independentes de lançarem rádios e televisões privadas, desde que assinassem um contrato de convenção com a RTS. Assim, as primeiras rádios comerciais privadas foram criadas em meados dos anos 1990 (*Sud Fm, Walf Fm, Nostalgie* etc.), embora a televisão continuasse como monopólio público.

Além disso, a Lei nº 92-57, de 3 de setembro de 1992, referente ao pluralismo no setor radiotelevisivo, foi adotada, em teoria, com o objetivo de reforçar o pluralismo audiovisual e o acesso das mídias públicas audiovisuais pelos partidos de oposição. Contudo, apesar da lei, esse acesso pela sociedade civil e por qualquer organização política de oposição ao partido no poder continuou bastante limitado.

Em suma, esses dois textos contribuíram pouco para reforçar as missões de serviço público da televisão nacional: ela se manteve sob o bastão político e ideológico do um Estado-Partido, apesar das exigências de que ela se responsabilizasse por garantir sua autonomia financeira (Faye, 2015).

4.5 A influência do modelo organizacional e político francês

O que nos mostra essa evolução é que a história da televisão na África subsaariana francófona, de modo geral, e particularmente da televisão nacional senegalesa, não pode ser estudada sem ter como referência o modelo francês. Quando as antigas colônias francesas criaram suas televisões, após a independência, elas solicitaram assistências técnicas à França. Foi o Office de Radio Télévision Français (ORTF, Escritório de Rádio e Televisão francesa, em tradução livre) por meio do l'Office de Coopération Radiophonique (OCORA, Escritório de Cooperação Radiofônica, em tradução livre) que ficou encarregado dessa missão. Essa assistência técnica cobria uma série de ações: o envio de jornalistas e de engenheiros para a realização de estudos técnicos e a instalação do material necessário; a formação, na França, de jornalistas e técnicos em televisão africanos; a produção dos primeiros filmes e reportagens a serem difundidos (Dioh, 2009, pp. 27-33).

Essa transferência de tecnologia e de competência foi acompanhada pela transferência do modelo da ORTF caracterizado, sob o plano jurídico e administrativo, por um monopólio exclusivo do Estado no setor audiovisual – o que, na França, durou até 1981. Esse monopólio, herança da Segunda Guerra Mundial, foi consequência de um centralismo excessivo e pelo controle do Estado sobre o ORTF, limitado a um simples estabelecimento comercial de caráter administrativo (Regourd, 2013, p. 3). Seus diretores gerais eram nomeados e revogados pelo conselho ministerial, de acordo com a vontade de quem mandava. Seus jornalistas e técnicos eram considerados funcionários, que deviam se manter leais ao Estado francês em detrimento à liberdade de imprensa. O governo francês intervinha mesmo no conteúdo dos telejornais. Em uma entrevista coletiva que ficou famosa, o presidente Georges Pompidou chegou a declarar publicamente, em 2 de junho de 1970, que a televisão era “a voz da França no país e no estrangeiro”:

Nós nunca encontramos o equilíbrio perfeito de nossa informação. Talvez isso seja por causa do governo. Talvez também seja por causa dos jornalistas! Ser jornalista da ORTF não é a mesma coisa que ser jornalista em outro lugar. A ORTF, independente de ser vista ou não, é a voz da França. Ela é assim considerada no estrangeiro e também pelo público. (Pompidou, 1970).

Como as televisões africanas que se inspiraram nesse modelo, a ORTF viu sua legitimidade ser questionada por um vasto movimento de contestação popular por ocasião da chegada ao poder do presidente François Mitterrand (Open Society Institute, 2005, p. 212).

A ORTS e a ORTF apresentam, portanto, semelhanças claras. Nos dois casos, encontra-se o regime jurídico de monopólio estatal do setor de audiovisual, a mesma organização administrativa, as mesmas formas de intrusão governamental no setor, as mesmas regras de nomeação e de revogação dos diretores gerais. Ocorreu também a mesma crise de credibilidade que acabou por suscitar a rejeição dos telespectadores.

5 Conclusão

Nossa questão inicial era discutir por que os telespectadores senegaleses se mostravam insatisfeitos em relação ao funcionamento da televisão nacional, sob o regime socialista (1960 – 2000). Os resultados do presente estudo revelaram o processo que levou à sua desarticulação: embora a televisão nacional senegalesa fosse

supostamente uma mídia pública a serviço dos interesses gerais da sociedade, ela foi, ao longo dos 40 anos de sua existência, um monopólio exclusivo do estado, utilizada em prol do regime socialista. Isso explica as práticas que levarão ao seu afastamento em relação ao povo senegalês: asfixia da expressão plural; marginalização sistemática da oposição política e da sociedade civil; excessiva encenação do poder; hipertrofia das imagens e dos discursos de propaganda veiculados por jornalistas financiados pelo regime; transformação da mídia em aparelho eleitoral permanente; incapacidade de refletir as realidades políticas, econômicas e sociais do país; e ausência de crítica e de debate contraditório. Essas práticas progressivamente transformaram a televisão nacional senegalesa na expressão de um só clã, o do chefe de Estados dos membros do seu governo, dos grupos de pressão aliados ao poder e todo tipo de apoiadores

Compreende-se, assim, os motivos que explicam por quê, antes da queda do Partido Socialista, durante as eleições presidenciais de 2000, os senegaleses estavam convencidos de que a televisão não poderia mudar se não houvesse uma alternância política. Trabalhos posteriores permitirão mostrar que as mudanças esperadas e prometidas pela oposição política também não se concretizaram nas duas últimas décadas, o que mostra a dificuldade de se desvencilhar de um modelo cujas origens se vinculam a um antigo monopólio.

NOTAS

- 1 No *paradigma do individualismo metodológico*, Boudon faz convite a definir todo fenômeno social, independente do que seja, como resultado de ações individuais, ações fundadas nas “boas razões”, atribuídas pelos atores em função de seu contexto, na hora de agirem, na adesão aos sistemas de valores de suas escolhas, ou na emissão de determinados julgamentos (Cf. Morin, 2006).
- 2 Segundo Merton (1965, pp. 102-134), as *funções manifestas* correspondem às funções visíveis, oficiais e oficializadas, mas que podem ser mascaradas por *funções latentes* mais difusas, menos conhecidas. Confundi-las constitui-se no risco assumido pelo sociólogo quando ele estuda as funções de um indivíduo ou de uma instituição, como resultado de eventuais discrepâncias entre os dois tipos de função.

REFERÊNCIAS

- Barry, M. (2013). *Histoire des médias au Sénégal - De la colonisation à nos jours*. Paris: L'Harmattan.
- Bénot, Y. (1969). *Les indépendances africaines - Idéologies et réalités*. Paris: Maspero, 2 tomos.
- Charles, B. (1965). Le socialisme africain – Mythe et réalité. *Revue française de sciences politiques*, 15(5), pp. 856-884. <https://doi.org/10.3406/rfsp.1965.392884>
- Conac, G. (Org.) (1993). *L'Afrique en transition vers le pluralisme politique*. Paris: Economica.
- Cornu, D. (1994). *Journalisme et vérité - Pour une éthique de l'information*. Genève: Labor et Fides.
- Dia, S. (1987). *De la TSF coloniale à l'ORTS: évolution de la place et du rôle de la radiodiffusion au Sénégal (1911-1986)*. Tese de doutorado, Université de Gascogne Bordeaux III..
- Diakhité, K. (2013). *Promesses et désespoir d'un service public*. Paris: L'Harmattan.
- Dioh, T. (2009). *Histoire de la télévision en Afrique noire francophone – Des origines à nos jours*. Paris: Karthala.
- Diop, A. (1995). *La Communication politique et la démocratie au Sénégal*. Tese de doutorado em Ciências da Informação e Comunicação, Institut Français de Presse, Université de Droit, d'Economie et de Sciences Sociales de Paris Panthéon Assas (Paris II).
- Diop, M.-C. & Diouf, M.(1990). *Le Sénégal sous Abdou Diouf – État et société*. Paris: Karthala.
- Diop, M.-C. (Org.) (1992). *Sénégal-Trajectoire d'un État*. Dakar: CODESRIA.
- Fall, B. M. (2008). L'implantation de la télévision en Afrique de l'Ouest-Sénégal : de l'ORTS à la RTS, un monopole tenace. In M. Silla (Org.), *Le pluralisme télévisuel en Afrique de l'Ouest - Etat des lieux* (pp. 43-52). Dakar: Midi/Occident,.
- Faye, M. (2015). Bilan et perspectives de l'aide de l'état à la presse au Sénégal. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, 16/1(1), 19-38. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2015-1-page-19.htm>.
- Gaye, S. (1989, 2 fev.). Nos divergences, *Sud Hebdo*, n. 38.

Le Bohec, J. (1997). *Les rapports presse-politique - Mise au point d'une typologie idéale*. Paris: L'Harmattan, 254 pp.

Le Cafard Libéré (1988, 28 abr). Sokho se cache. *Le Cafard Libéré* n. 32.

Le Cafard Libéré (1887, 15 set.) 10 milliards CFA – C'est l'ardoise du mollah réélecteur à l'USB. *Le Cafard Libéré* n. 14.

Mahiou, A. (1969). *L'avènement des partis uniques en Afrique noire - L'expérience des États d'expression française*. Paris: LGDJ.

Maurel, C. (2011). La radio et la télévision au service de l'éducation et du développement en Afrique – Analyse de l'action de l'Unesco dans les années 1960-1970. *Africultures*. Recuperado de www.africultures.com/php/?nav=article&no=9977.

Misse, M. & Kiyindou, A. (Orgs.) (2009). *Communication et changement social en Afrique et dans les Caraïbes – Bilan et perspectives*. In Les Enjeux de l'Information et de la Communication. Grenoble: Université Stendhal Grenoble 2. Recuperado de: <https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/2009-supplement/pdf/Actes%20de%20Douala.pdf>

Merton, R. K. (1965). *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris: Plon.

Open Society Institute. (2005). La télévision en Europe : régulation, politiques et indépendances - France. Recuperado de hal-sciencespo.archives-ouvertes.fr/hal-01030806/document.

Paye, M. (1992). La presse et le pouvoir. In M-C. Diop (Org.), *Sénégal – Trajectoires d'un État* (pp. 331-377). Paris: Karthala.

Pompidou, G. (1970). *Conférence de presse de Monsieur Pompidou* de 2 jul. 1970. Vidéo recuperado de www.ina.fr/video/CAF94060379.

Morin, J.-M. (2006). *Boudon, un sociologue classique*. Paris: L'Harmattan.

Regourd, S. (2013). Archéologie du service public audiovisuel : quel passé pour quel futur ?, *Les Enjeux de l'information et de la communication* 14 (2), pp. 27-37. Recuperado de www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2013-2-page-27.htm.

Sarr, I. & Thiaw, I. (2002). La place des griots dans la communication politique au Sénégal (transformation et continuité) In *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire* (pp. 111-126). Dakar: IFAN.

Schudson, M. (1991). The Sociology of News Production Revisited. J. Curran & M. Gurevitch (Orgs.), *Mass Media and Democracy* (pp. 141-159). Londres: Edward Arnold.

Sud Hebdo. (1998, 7 jul.). Emploi – 15 000 débauchés *Sud Hebdo*, n. 15, pp. 4-5.

Suret-Canal, J (1992). L'Union des Jeunes de Thiès, une composante méconnue de l'éveil politique. In H. d'Almeida-Topor (Org.), *Les jeunes en Afrique - La politique et la ville* (pp. 46-66). Paris: L'Harmattan.

Sy, J. H. (2003). *Crise de l'audiovisuel au Sénégal*. Dakar: Aide Transparence.

Tocqueville, A. (1992), *De la démocratie en Amérique (1840)*. Paris: Les Editions Gallimard (Tomo 2: pp. 506-1193).

Unesco (1974). Les moyens d'information dans un contexte africain - Evaluation du projet-pilote du Sénégal. *Les cahiers de la série Etudes et documents d'information*, n. 69. Paris: Unesco.

MOR FAYE. Doutor, sociólogo da mídia e autor de vários trabalhos sobre a imprensa na África Francófona, o autor ocupa o cargo de Maître Assistant (Lecturer) no Sociologue des médias et auteur de nombreux travaux sur la presse en Afrique francophone, Docteur Mor Faye est Maître Assistant na UFR (Unidade de Formação e de pesquisa) das Civilizações, Religiões, Artes e Comunicação (CRAC), Université Gaston Berger de Saint-Louis (Senegal). E-mail mor.faye@ugb.edu.sn.

RECEBIDO EM: 27/11/2017 | ACEITO EM: 05/06/2018